

REFLETINDO SOBRE ARTE, CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO EM MEIO À PANDEMIA

REFLETINDO SOBRE ARTE, CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO EM MEIO À PANDEMIA

Cláudia Zanatta

Artista e professora graduação e PPGAV- UFRGS
Coordena o grupo CNPQ *Poéticas da Participação*

Márcia Braga

Artista e professora na graduação UFRGS
Componente do grupo CNPQ *Poéticas da Participação*

RESUMO

O presente artigo reflete, a partir do grupo de pesquisa Poéticas da Participação: Cidadania e Arte, sobre o esvaziamento do espaço público durante a Pandemia de COVID19 e de que forma conceitos a ele vinculados como: democracia, cidadania e participação são contaminados pela ausência do corpo cidadão neste espaço. A partir da obra Divisor, da artista brasileira Lygia Pape, são feitas aproximações aos conceitos citados e à constituição do espaço público na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Divisor; Democracia; Cidadania; Participação; Espaço Público

ABSTRACT

This article reflects, from the research group Poetics of Participation: Citizenship and Art, about the emptying of public space during the COVID Pandemic19 and how concepts linked to it such as: democracy, citizenship and participation are contaminated by the absence of citizen body in this space. Based on the work Divisor, by Brazilian artist Lygia Pape, approximations are made to the concepts mentioned and to the constitution of public space today.

KEYWORDS

Divisor; Democracy; Citizenship; Participation; Public Space

INTRODUÇÃO

(...) lembro que o problema hoje é ético.
Lygia Pape, 1972

As considerações tecidas no presente artigo partem de um grupo de pesquisa chamado *Poéticas da Participação: Cidadania e Arte*¹, o qual tem em sua denominação termos controversos, de difícil definição e que estão sendo fortemente tensionados neste período de pandemia. Como pensar sobre participação, cidadania e arte em meio à urgência e à emergência do acirramento de uma crise ambiental e da desestruturação das instâncias democráticas? Que tipo de escrita pode aflorar em um momento de suspensão como o que estamos vivenciando devido ao Covid-19?

É a partir da condição de isolamento social em que nos encontramos que vamos nos deter em algumas das dimensões do presente e em perguntas incômodas que nos acompanham e que se intensificaram durante a pandemia. Escrever esse artigo serve para pensarmos, antes de tudo e ante tudo o que se desmanchou ou se refez, ante a perda do espaço público, ante a impossibilidade do abraço. No grupo de pesquisa “Cidadania e Arte”, cuja prática emerge do espaço das ruas da cidade, entendemos que a escrita desse artigo é o trabalho poético possível nesse momento de suspensão.

Caetano Veloso e Gilberto Gil, na canção “Haiti”, de 1993, advertiram que, em um contexto de crise, cuja base são a desigualdade social e a violência, “Ninguém, ninguém é cidadão”. (VELOSO; GIL, 1993, s.p). Poderíamos afirmar que as injustiças que marcam nossa sociedade se tornaram mais visíveis nesse momento de pandemia. Em tal cenário, do que falamos quando nos referimos à cidadania, participação, ao espaço público e à democracia?

Embora não tenhamos uma resposta objetiva para essa pergunta e esses conceitos, não nos eximimos de fazê-la, assumindo que habitamos o espaço da dúvida, e nos propomos a analisar como tais noções podem ser relacionadas às práticas artísticas participativas, tendo como referência, a ação “Divisor”, de Lygia Pape.

Cidadania, participação, espaço público e democracia como conceitos fluídos

No Brasil, estamos há mais de oitenta dias confinados em casa a fim de evitar o avanço exponencial de uma doença letal que afeta o mundo todo. Abdicamos da cidade devido a uma crise pandêmica, algo absolutamente violento e novo com o qual estamos tentando aprender a lidar. Durante esse período, nos distanciamos do espaço

público para nos protegermos e protegermos o outro, enquanto presente e futuro encontram-se em suspensão (Figuras 1 e 2).



Figura 1. Nome das autoras, Espaço público de Porto Alegre durante o período de pandemia, bairro centro, 2020. Foto Cláudia Zanatta.

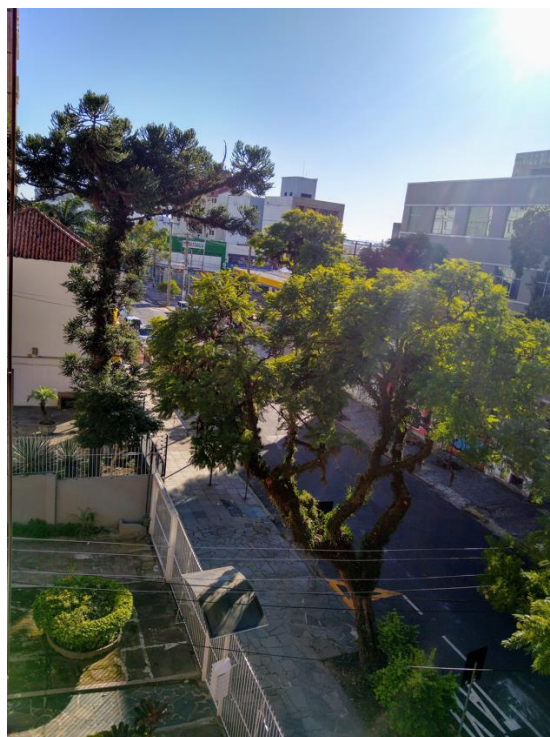


Figura 2. Nome das autoras, Espaço público de Porto Alegre durante o período de pandemia, bairro Floresta, 2020. Foto Márcia Braga.

Para pensar sobre o cidadão e sua participação no espaço público nesse panorama, retomamos o conceito de “modernidade líquida”, desenvolvido por Zygmunt Bauman (2000), para nos auxiliar a refletir sobre o que se constitui, talvez, como a mudança social mais repentina e veloz que já tenhamos experimentado desde a segunda metade do século XX. Nos últimos meses, a vida pareceu perder sua forma como algo que pode esvaír-se a qualquer momento. Fomos tomadas pela perda total de qualquer tipo de controle e predomina a sensação de de vazio relacionada com a acentuada liquefação das formas: o trabalho, a família, o engajamento político. O medo toma conta de nós na “sociedade líquida” (BAUMAN, 2008b) diante das incertezas relacionadas ao futuro e à incapacidade de nos adaptarmos ao novo mundo.

Como pensar os conceitos de cidadania, democracia e participação, no espaço público, nesse momento, em que o Covid-19 obriga a nos focarmos no espaço do habitar, na casa? A pandemia acentuou de forma dramática o que já estava visível na sociedade contemporânea: que há um contingente imenso de seres vivos que não pode se proteger ou contar com qualquer tipo de cuidado.

Bauman (2008a), resgatando o pensamento aristotélico, fala da existência de três espaços da vida cidadã: o privado, o público e a *ágora*. O privado (o *oikos*) seria o espaço diário e familiar onde “falamos e negociamos as formas de compartilhar nossas vidas”. (BAUMAN, 2008a, p.180). O público (ou *ecclesia*) representaria o domínio das leis, “aquele domínio distante, que raras vezes visitamos pessoalmente, mas onde as questões públicas, as matérias que afetam as vidas de cada um de nós, são estabelecidas”. (BAUMAN, 2008a, p.180). Para o autor, a democracia se localizaria justamente no trânsito entre essas duas instâncias que se dá em uma terceira: a *ágora*. “A *ágora* é a terra natal da democracia”. (...) “É na *ágora* que ‘o público’ e ‘o privado’ se encontram, são apresentados um ao outro, passam a se conhecer e aprendem, por tentativa e erro, a difícil (e útil) arte da coabitação pacífica”. (BAUMAN, 2008a, p.180)

Assim, o fluxo entre essas duas instâncias é absolutamente necessário para a sobrevivência da democracia e, talvez, a precariedade desse trânsito na contemporaneidade seja um dos fatores pelos quais nossa democracia agonize. Somos conscientes de que não há uma preocupação por parte dos poderes constituídos com “o bem-estar do *oikos* e as reuniões na *ágora* para negociar interesses comuns e os meios de promovê-los e protegê-los parece ser cada vez mais uma perda de tempo e esforço”. (BAUMAN, 2008a, p.81)

Nossos desejos manifestados nas assembleias públicas não são atendidos e parte da população sofre as consequências da falta de uma política pública efetiva. Sem contar

aqueles que nem são considerados cidadãos, aqueles que não desenvolvem, segundo Bauman

(...) uma função que possa ser vista como “útil”, muito menos indispensável, para o suave e lucrativo funcionamento da economia. Não são necessários como os supostos produtores; mas numa sociedade em que os consumidores, e não os produtores, são considerados a força propulsora da prosperidade econômica (esperamos que a recuperação “guiada pelo consumidor” nos tire dos problemas econômicos), os pobres também são inúteis como consumidores: não serão seduzidos por lisonjas do mercado, não possuem cartões de crédito, não podem contar com cheque especial nos bancos e as mercadorias que mais precisam trazem pouco ou nenhum lucro para os comerciantes. Não é de admirar que eles estejam sendo reclassificados como “subclasse”: não mais uma anormalidade temporária esperando ser retificada e posta outra vez na linha, mas uma classe fora das classes, uma categoria colocada permanentemente fora dos limites do “sistema social”, uma categoria a que o resto de nós prefere não pertencer. E todos estariam mais confortáveis se ela não existisse. (BAUMAN, 2008a, p.72).

Judith Butler, no livro *Corpos em aliança e política das ruas - notas para uma teoria performativa de assembléia* (2015), ao refletir sobre o que chama de populações descartáveis, pergunta: “De quem são as vidas que importam? ... quais vidas são passíveis de luto e quais não são?”. (BUTLER, 2015, pp.216-217). Agora, em 2020, parte expressiva do campo social afirma explícita e publicamente que idosos, negros, não heterossexuais, pobres, plantas e animais podem (e para muitos, devem) morrer² e mostrou em escala global que grande parte do contingente de humanos não é tratado como cidadão.

Nesse sentido, no contexto brasileiro, o sociólogo Jessé Souza, ao olhar para seres humanos reduzidos a meros corpos, cunhou o termo “ralé brasileira”, a qual estaria

(...) desprovida de qualquer valorização positiva dentro do contexto da hierarquia valorativa opaca do mercado competitivo avançado que os relega a sub-empregos, à sub-cidadania sem direitos e ao destino de serem meros números nas estatísticas policiais. (SOUZA, 2005, p.94).

A pandemia sublinhou que o objetivo de integração, de inclusão social e de preservação do planeta não foi atingido. Está mais que evidente que a vida humana não pode ser separada do meio que dá condições a sua existência e que tais condições não estão dadas, mas estão sendo constantemente elaboradas, produzidas, impulsionadas por fatores humanos ou ambientais; que fazemos parte de uma teia de relações que se caracteriza pela interdependência entre todos os que a compõe. (CAPRA, 1996)

Se, abruptamente, fomos confrontados com a máquina terrível que produzimos como humanidade e não queremos mais considerar “normal” e “natural” um modelo de vida de base exploratória, tal decisão certamente terá influência direta em nossa prática artística. Sempre fomos conscientes de que tal modelo se baseava na exploração, tanto de seres vivos quanto de seres considerados não vivos: os chamados “recursos naturais”, mas o que o momento atual nos mostrou de forma crua é que a ideia de solução ou de gestão de crises, tendo a vida como prioridade, é frágil e, muitas vezes, falaciosa³.

O quê um grupo de pesquisa, que realiza proposições e reflexões a partir de processos participativos que envolvem a relação entre arte e cidadania (que ocorre predominantemente no espaço público das ruas), pode propor em tal cenário? Até o momento, nossas práticas falavam em contra-hegemonia, na produção de narrativas e de visibilidades descolonizadas, em re-existência, em desnaturalização de tempos e de espaços. Tais palavras se calaram sob o impacto das imagens de um espaço público urbano que, momentaneamente, assumiu as funções de um cemitério.

Vimos corpos sendo queimados nas ruas em Guaiaquil, fossas comuns nas periferias de Nova York, pista de patinação na Espanha armazenando cadáveres, somente para citarmos exemplos do que foram algumas das imagens com as quais fomos confrontadas nesse período. No Brasil, similar ao que ocorreu nos EUA, as ruas foram ocupadas pelo mandante da nação e por seus apoiadores, os quais, estimularam a população a sair do espaço privado. Desafiando a morte, desconsideraram a ciência e exigiram, a partir de ações espetaculares, a circulação de pessoas no espaço público, possibilitando o livre acesso ao trabalho presencial e participação em cultos religiosos, os quais foram considerados como atividades essenciais.

Neste cenário, a *web* vem sendo apontada por alguns autores como a nova esfera pública digitalizada, típica do capitalismo neoliberal (ARANTES, 2020). Para Bauman:

O "privado" invadiu a cena-destinada-a-ser-pública, mas não para interagir com o "público". Mesmo quando está sendo enxovalhado na frente do público, o "privado" não adquire uma nova qualidade; quando muito, é reforçado em sua privacidade. (BAUMAN, 2008a, p.183).

Em sintonia com esse pensamento, entendemos que internet não constituiu o “novo espaço público” por razões que envolvem, por exemplo, o cibercontrole⁴, mas, principalmente, pela ausência do corpo físico neste “suposto” novo espaço público. Seja de modo individual ou em coletividade, a presença do corpo é um dos aspectos fundamentais da constituição do espaço público, basta vermos que os protestos

presenciais nas ruas têm, historicamente, sido uma das forças de maior potência no embate pela luta dos direitos sociais, de reivindicação de liberdade e de cidadania.

O Divisor no espaço público

O “Divisor”, ação da artista brasileira Lygia Pape, realizada pela primeira vez na favela da Maré, no Rio de Janeiro, permite estabelecermos uma série de relações com o momento atual. Proposta no final dos anos 60, a ação permanece ainda sendo realizada em distintas partes do mundo, tanto vinculada a iniciativas de espaços privados quanto públicos⁵ (Figuras 3, 4, 5, 6). “Divisor” se constitui em um grande tecido branco, com fendas regularmente espaçadas pelas quais cada participante pode passar sua cabeça. As figuras mostram o “Divisor”, ganhando vida pela ação colaborativa de várias pessoas em diferentes contextos geográficos.

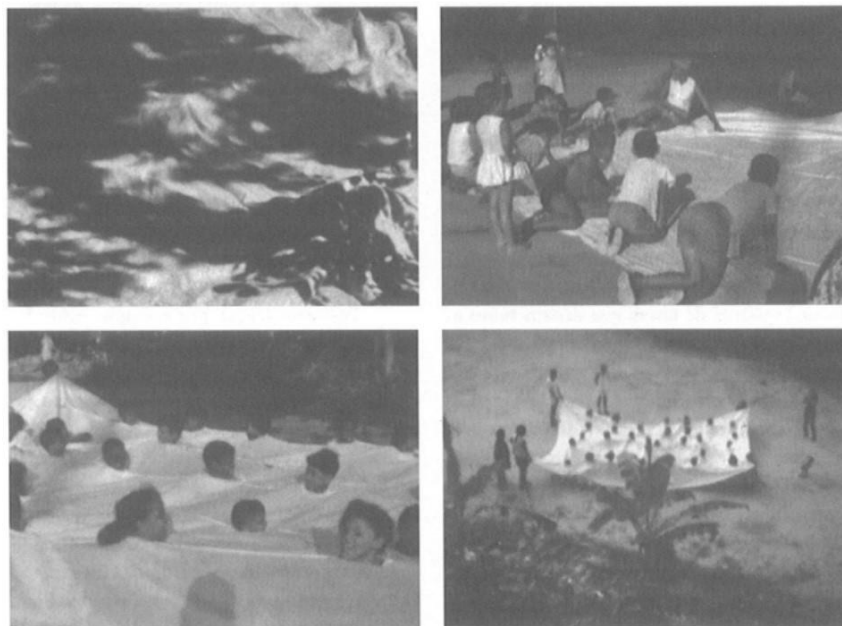


Figura 3. Lygia Pape, Fotogramas do vídeo em super 8 Divisor, 1967. Fonte: Lygia Pape Espaço Imantado [catálogo de exposição], 2012.



Figura 4. Lygia Pape, Divisor, 1968-1990. Performance no Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro, 1990. Pano de algodão com fendas 200cm x 200cm. Fonte: <https://lygiapape.com/obras/decada-60/>

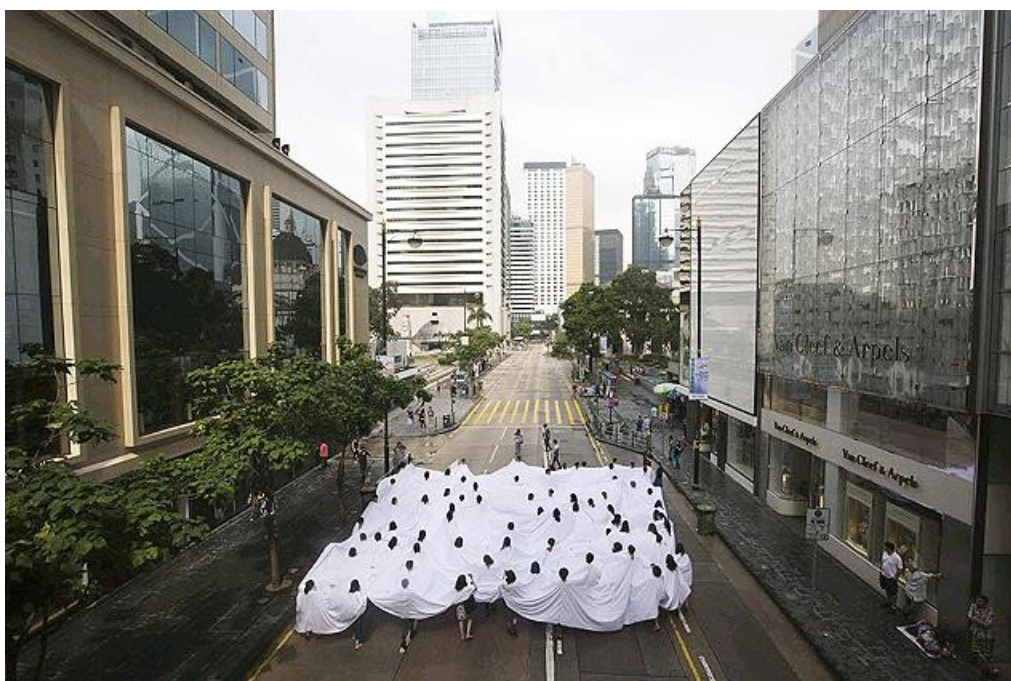


Figura 5. Lygia Pape, Divisor (1968-2013). Ação realizada em Hong Kong. Fonte: Revista Pivô: <https://www.pivo.org.br/eventos/palestra-a-journal-of-the-plague-year/>



Figura 6. Lygia Pape, Divisor Ação realizada em Lisboa, 2014. Fonte: <https://www.fernandomota.art/?lightbox=datatem-jiexfahb>

O final dos anos 60 foi marcado por ações e teorizações voltadas à retomada das ruas, basta pensarmos em maio de 68, na França, e no livro “O Direito à Cidade”, de Henry Lefebvre, publicado no mesmo ano. No Brasil, em 1968, temos a histórica *Passeata dos Cem Mil*, no RJ, considerada a maior manifestação contra a ditadura militar desde 1964 (Figuras 7 e 8). Lygia Pape, junto a outros intelectuais e artistas, participou ativamente desse protesto. Foi em meio a esse período de lutas pela democracia e pela apropriação do espaço público urbano que a artista gestou a ideia do “Divisor”. Paulo Herkenhoff, em texto sobre a obra de Pape, afirma que “o grande plano branco do Divisor é comparável a uma passeata política, pois atua como situação móvel na favela inicialmente e depois passou para as ruas da cidade”. (HERKENHOFF, 2011, p.51)



Figura 7. Passeata dos Cem Mil, 1968. Fonte: <https://www.culturagenial.com/musicas-famosas-ditadura-militar-brasileira/ARTISTAS/>



Figura 8. Passeata dos Cem Mil, 1968. Fonte: <https://www.revistaogrito.com/critica-livro-obra-de-roberto-sander-sobre-o-maio-de-68-reflete-passado-e-futuro-do-movimento/>

A ação de Pape se insere nas práticas dos anos 60 e 70, marcados pela desmaterialização do objeto, com diminuição da ênfase na materialidade da obra e foco em relações processuais e conceituais. Dentre as neovanguardas atuantes nesse contexto, temos os neoconcretistas brasileiros como Lygia Pape, Lygia Clark e Hélio Oiticica. Em suas trajetórias, os três artistas vão se distanciando da produção de objetos, ligada ao concretismo, e caminhando na direção da construção de obras participativas, vinculadas a contextos específicos, no caso de Pape e Oiticica, em alguns momentos, relacionadas às favelas do Rio de Janeiro e a espaços públicos.

O “Divisor” nos provoca a pensar a relação do corpo com o espaço público como produtora de tensionamentos, pois pressupõe a ação coletiva na qual os participantes precisam caminhar em sintonia, caso queiram que a estrutura do tecido não se rompa. Se alguém decidir ficar parado, por exemplo, o sistema pode se desestruturar, rasgar. Os movimentos dos participantes, ao serem negociados coletivamente no sentido de agirem como um corpo único, preservam a estrutura. Há uma certa homogeneização nessa participação a um mesmo ritmo e Pape afirmava que o “Divisor” comentava a sociedade massificada (MATTAR, 2003, p.74 *apud* MACHADO, 2014).

A proposta de Pape, portanto, ainda que constituída por indivíduos, forma um corpo coletivo que oscila entre a ação coletiva e individual, criando uma aliança precária. Guy Brett escreve que a ação aponta para “Uma ética da comunidade, uma vez que os movimentos de cada indivíduo têm um efeito direto sobre os movimentos dos outros, de todo o grupo”. (BRETT, 2012, p.260)

“Divisor” nos auxilia a pensar o espaço público e as noções de cidadania e de democracia vinculadas a um corpo social contemporâneo que, embora tenha todas suas partes absolutamente inter-relacionadas, não se constitui como único, posto que esfacelado, altamente polarizado e em disputa, em um momento em que todas as certezas parecem “se desmanchar no ar”.

Segundo Bauman (2000), a modernidade esteve empenhada em produzir sólidos que substituíssem os sólidos da tradição, que não seriam, assim, tão sólidos, ou suficientemente sólidos para representar a modernidade que se queria construir. A época que estamos vivendo estaria, segundo o autor, vinculada à modernidade líquida, entendida como aquela que desfaz os sólidos que chegam até este período, as formas de vida, relacionadas a estruturas políticas, sociais e econômicas. Atualmente, tudo é tão veloz que já não há tempo de solidificar-se e o incerto, o indeterminado, o impreciso, é líquido. A fluidez, portanto, seria a principal metáfora para o estágio presente da era moderna.

(...) os líquidos diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluidos por assim dizer não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto sólidos tem dimensões espaciais claras, mas neutralizam e impactam e portanto diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente ao seu fluxo ou tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos e propensos a mudá-la; assim para eles o que conta é o tempo mais do que o espaço que lhes toca ocupar o espaço que, afinal, preenchem apenas entre aspas por um momento" ponto em certo sentido, o sólido suprime o tempo para os líquidos ao contrário, o tempo é o que importa ao descrever os sólidos podemos ignorar inteiramente o tempo ao descrever os fluidos, deixar o tempo de fora seria um grave erro ponto descrições de líquidos são fotos instantâneas que precisam ser datadas. (BAUMAN, 2000, p.7).

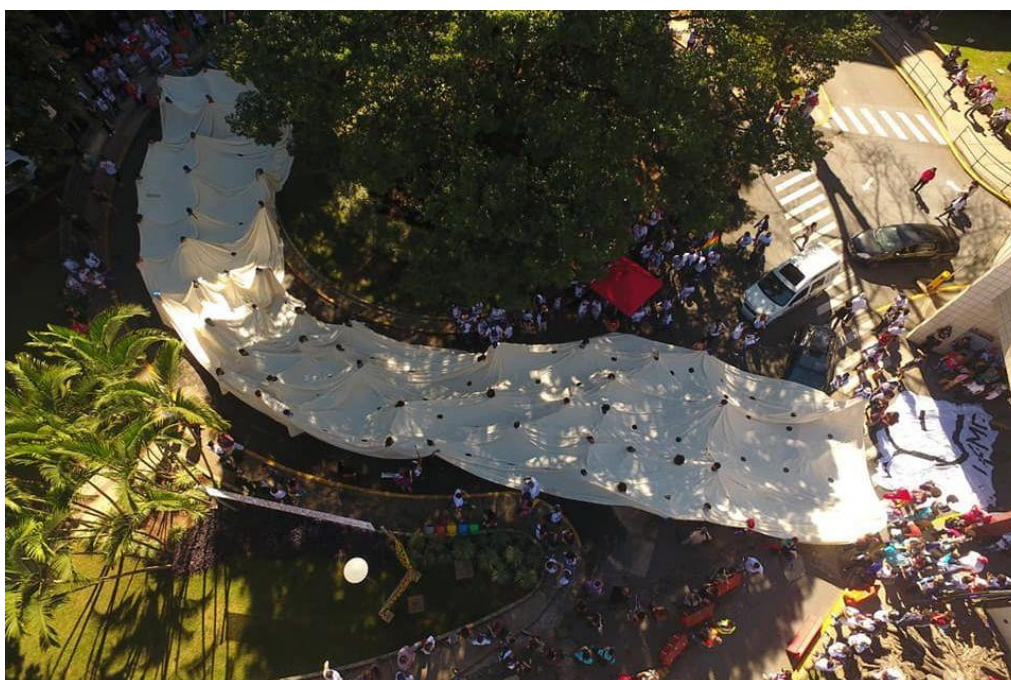
As proposições, não só de Pape, Oiticica ou Clark, mas de artistas atuantes em outros contextos geográficos, de certo modo, liquefazem os códigos estabelecidos da arte pelo caráter experimental, efêmero e radical de muitas de suas proposições. Neste contexto, propostas como *happenings*, performances e instalações que se desfazem no cotidiano, evidenciam o aspecto de "liquidez" presente, tanto no campo da arte como no campo social ampliado. Nesse sentido, o "Divisor" também se esvai: "— (...) de súbito tudo se dissolve, displicentemente: no ato". (PAPE, 2012, p. 244)

Esse âmbito da performatividade do "Divisor" é um aspecto que nos remete a considerações de Judith Butler, ao salientar a importância da presença do corpo físico, tanto individual como coletivo no espaço das ruas, um corpo que teria um rosto, não genérico. Butler discorre sobre uma "esfera do aparecimento", considerando a noção de assembleia, de corpo político, no qual cada pessoa teria o direito a ter visibilidade, de existir. A teórica vai questionar quais as condições dessa aparição e quando e quem é apagado nessa esfera de aparecimento, bem como quem a regula. (BUTLER, 2018)

O "Divisor", ao surgir como uma onda de pessoas que se apresentam espaço público mediante uma imagem que tem grande impacto visual, demonstra a potência desse aparecimento mesmo no século XXI, posto que tem sido realizado em distintos contextos, ligado a reivindicações nas ruas. Em 2016, por exemplo, em Belo Horizonte, uma reavaliação do trabalho de Pape acontece por iniciativa de estudantes de artes e foi intitulada de "Mar de Gente" (Figuras 7 e 8), mesclando o "Divisor" e a obra *Painting Reality*, do coletivo alemão IEPE, dentro do contexto dos protestos contra os cortes em Educação e Previdência Social. Segundo a estudante Débora Lemos, que participou da ação:

A ideia do Mar surge no intuito de levar às ruas uma manifestação imageticamente potente, que conseguisse simbolizar o caráter coletivo e pacífico do movimento, e que marcasse a cidade – até então mal informada

sobre a magnitude da ocupação em todo território nacional de escolas secundaristas, universidades e institutos federais, secretarias de educação, dentre outros – com as milhares de pegadas de manifestantes que iam às ruas em defesa da Saúde e da educação. Enquanto obra, é um acontecimento que permite aos 96 voluntários que abrem seu tecido e o sustentam por todo o ato, a experiência de compor um corpo coletivo. O Mar de Gente é, antes de tudo, uma experiência cidadã, que aciona e predispõe o corpo-sujeito, individual, assolado pela competitividade capitalista, a uma possibilidade coletiva de existência e ação. (LEMOS, 2019, s/p).



Figuras 7. Mar de Gente, Belo Horizonte, 2016. Foto: <https://apubh.org.br/>



Figuras 8. Mar de Gente, Brasília, 2016. Foto: <https://apubh.org.br/acontece/um-mar-de-manifestantes-professores-estudantes-e-tecnico-administrativos-emprestam-seus-corpos-para-a-politica-e-a-arte-ocuparem-bh/>

Devemos lembrar que “Divisor” é uma obra aberta, permeável a uma participação passível de considerar diferentes velocidades e de gerar outras formas, ou até mesmo ter sua estrutura completamente desfeita, caso submetida a forças de direções contrárias, não harmônicas. Paulo Herkenhoff sublinha bem esse caráter de que o corpo coletivo pode também ser constituído de forças em conflito:

(...) forças internas do divisor devem se organizar para uma unidade produtiva do esforço. Antagonismos são dissolvidos na dinâmica interna da comunidade de participantes ou se revelam na direção da entropia do circuito. Pulsões desagregadoras levam o grande plano geométrico ao colapso, à queda dos participantes e frustra a possível harmonia social. O Divisor admite, portanto, a experiência da violência. (HERKENHOFF, 2012, p.51).

Talvez a advertência de Herkenhoff seja a que mais possa aproximar o “Divisor” da experiência de um momento como o que atravessamos em 2020, no qual o espaço público brasileiro tem se caracterizado por forças em disputa e por ênfase em normativas de regramento. Provavelmente, no atual contexto das ruas o “Divisor” seria rasgado, decomposto ao ir para as ruas. Todavia, nesse momento, parecem fazer muito sentido as palavras que se referem à obra como “... sementes de significado que

nos impulsionam a questionar e a mudar o mundo. Não a ratificá-lo". (BORJA-VILLEL; VELÁZQUEZ, 2012, p. 16) (...) Um mundo do qual não temos a chave". (MERLEAU-PONTY, 1980 *apud* OSORIO, 2012, p.106)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com arte sempre foi lidar com incertezas. Períodos de crises são oportunidades para reconsiderarmos nossas ações e a responsabilidade que temos como produtores de regimes de visibilidade, de espaços de fala e de silêncio; de espaços de participação. Refletir e observar alguns caminhos possíveis para nossa prática é o que nos propusemos a fazer por meio desta escrita que se institui no nosso entendimento, também, como instância poética.

Voltar à normalidade, depois de tudo o que estamos vivendo, não é algo possível. Mesmo que o fosse, a que normalidade voltaríamos? Que outras narrativas e formas de viver serão inventadas individual e coletivamente? Como criar formas de sociabilidade e subjetivação pós Covid-19? Quais as questões que iremos focar a partir das tensões que as dinâmicas do campo social e biopolítico trouxeram com a pandemia?

A prática artística não está desvinculada dos conflitos e dinâmicas do âmbito social e não tem sido indiferente às questões que o constituem, muito pelo contrário, artistas têm trabalhado continuamente no campo do sensível, criando e imaginando inúmeras formas de se relacionar com o mundo.

Assim, o que permanece em nossa prática é a perspectiva da arte de que, mesmo em cenários de controle nos quais se converteram os espaços públicos e de precarização e de desconsideração pela vida humana, permanece algo que talvez o músico Tom Zé tenha indicado como "defeitos de fabricação" (ZÉ, 1998). Assim vai chamar o músico os sujeitos que habitam a "periferia da civilização", caracterizada por uma condição de total precariedade. A denominação usada por Tom Zé dialoga com alguns dos termos dos autores citados no presente texto, como Bauman que nomeou esses indivíduos de "classe fora de classes" e Butler que os indicou como sendo "descartáveis"; ou ainda "a ralé brasileira", na denominação de Souza, em nosso contexto.

Segundo Tom Zé, os humanos, mesmo em condições muito adversas, "revelam alguns defeitos inatos, como criar, pensar, dançar, sonhar". (ZÉ, 1998, s/p). Entendemos que esses "defeitos" são inerentes a todos nós e são eles que nos ajudam a pensar e imaginar outros mundos diferentes deste que temos construído. Para o filósofo

Vladimir Safatle, arguto analista deste período de suspensão causado pela pandemia, a imaginação coletiva de um outro horizonte possível nunca se fez tão necessária como nesse momento. A arte tem um importante papel nesse sentido. (SAFATLE, 2020).

Como vamos retomar nossa prática artística no espaço público? Em que condições vamos imaginar o espaço público de outro modo? O que significa nos comprometermos com a vida do outro, próximo ou distante? O que uma prática artística que se volta para a participação e a cidadania pode aportar a partir do ponto de ruptura trazido pela pandemia, são perguntas que permanecem a nos inquietar e para as quais não temos respostas no momento.

O que a pandemia deixa claro é que é impossível vivermos sozinhos, todos dependemos uns dos outros, de algum modo. Fora e dentro, público e privado são instâncias cujas fronteiras se misturam, contaminam-se, e "...viver juntos, por mais difícil que possa ser, permanece um imperativo ético e político". (BUTLER, 2018, p.34).

Referências

ARANTES, Paulo. Fascismo e Natureza. Forum Popular da Natureza. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ttv4oAwovrA> Acesso em 09. jun. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008a.

_____. Medo líquido. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008b.

BORJA-VILLEL, M.; VELÁZQUEZ. T. Lygia Pape. Espaço Imantado. In: **Catálogo** da exposição Lygia Pape. Espaço Imantado. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2012, pp.13-16.

BRETT, Guy. Lygia Pape. Uma semente permanentemente aberta. In: **Catálogo** da exposição Lygia Pape. Espaço Imantado. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2012, pp.255-267.

BUTLER, Judith. Corpos em Aliança e a Política das Ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.

HERKENHOFF, Paulo. Lygia Pape. A arte da passagem. In: **Catálogo** da exposição Lygia Pape. Espaço Imantado. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2012, pp.19-59.

MACHADO, Vanessa Rosa. Dos “Parangolés” ao “Eat me: a gula ou a luxúria?” mutações do “popular” da produção de Lina Bo Bardi, Helio Oiticica e Lygia Pape nos anos 1960 e 1970. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-10112014-144001/publico/TeseVanessaRosaFinal.pdf> Acesso em 06. jun. 2020.

OSORIO, Luiz Camilo. Lygia Pape. Experimentação e Resistência. In: **Catálogo** da exposição Lygia Pape. Espaço Imantado. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2012, p. 99-115.

PAPE, Lygia. Espaço Imantado. In: **Catálogo** da exposição Lygia Pape. Espaço Imantado. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2012, p. 244.

LEMOS, Débora. Mar de Gente. Entrevista. 2019. Disponível em: <https://apubh.org.br/acontece/um-mar-de-manifestantes-professores-estudantes-e-tecnico-administrativos-emprestam-seus-corpos-para-a-politica-e-a-arte-ocuparem-bh/> Acesso em 19. jun. 2020

SAFATLE, Vladimir. A Revolta sem Corpo. 2020 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BwaL0FFzgk> Acesso em 10 jun. 2020

SOUZA, Jessé. (Sub)Cidadania e naturalização da desigualdade: um estudo sobre o imaginário social na modernidade periférica. **Revista de Ciências Sociais – Política & trabalho** nº 22, p. 67-96, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6577> Acesso em 10 jun. 2020

VELOSO, C.; GIL, G. Tropicália 2. **(CD)**. NY: Polygram/Philips, 1993.

ZÉ, Tom. Com defeito de fabricação. **(CD)**. NY: Luaka Bop/wea, 1998.

¹ Cidadania e Arte é um grupo originado no Instituto e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2014 e vincula-se à linha de pesquisa “Arte pública participativa: articulação entre poética e cidadania”. Para mais informações consultar: <https://cidadaniaearte.wordpress.com/>

² A decisão entre a saúde e o trabalho, a vida ou a sobrevivência, parece ser o novo parâmetro social. Não há emprego formal para todos, mas se a pessoa não tiver trabalho, ela não vale nada. À parte disso, muito do trabalho contemporâneo é praticamente servil, precário, destituído de todos os tipos de garantias, de proteções sociais.

³ A intensificação da destruição das últimas florestas de nosso país está ocorrendo em meio à pandemia, bem como o aumento brutal do uso de venenos agrícolas têm se intensificado nos primeiros meses de 2020.

⁴ A partir de 2016 Cambridge Analytica desvela o colonialismo de dados informacionais e como os algoritmos influenciam na escolha de representantes em processos eleitorais.

⁵ Remontagens da ação foram realizadas em exposições em Hong Kong, 2013, na mostra: *A Journal of the Plague Year. Fear, ghosts, rebels. SARS, Leslie and the Hong Kong story* e em Nova York, em 2017, na mostra *Lygia Pape: A multitude of Forms*.